

O Controle do Espaço, do Tempo e das Atividades no Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE

Joaquim Tavares da Conceição

Resumo:

Este artigo é uma abordagem histórica do exercício do “poder disciplinar” no internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (EAFSC-SE) e faz parte de um estudo mais amplo sobre a “pedagogia de internar” na referida instituição, no período de 1934 a 1967. São evidenciadas e analisadas as técnicas disciplinares de controle do espaço, do tempo e das atividades diárias dos internos. Os espaços do internato eram controlados pelas técnicas de distribuição dos internos em lugares fixos ou específicos, mas que permitiam a circulação produtiva e controlada. A sinalização do tempo, com os diversos “toques de cornetas” e outros dispositivos de controle, indicavam aos internos os horários regulados e impositivos. A rotina exaustiva de atividades seguia o padrão dos internatos escolares com um aspecto diferenciador: o trabalho braçal.

Palavras-chave: história, internato, disciplina.

The control of space, time and activities in the boarding school of The Federal Agrotechnic School of São Cristóvão

Abstract:

This article is a historical approach of the “discipline power” exercise in the boarding school of The Federal Agrotechnic School of São Cristóvão-SE (EAFSC-SE) and is part of a broaden study of the “boarding school education” in the institution mentioned, from 1934 to 1967. The discipline control techniques of space, time and the daily activities of the interns were pointed out and analyzed. The spaces of the boarding school were controlled based on techniques of distribution of the interns in fixed or specific places, but in a way that could allowed their productive and controlled circulation. The timing control was done through different “touches of bugles” and other devices of control, indicated to the interns the regulated and imposing schedules. The exhausting routine of activities followed the standard of boarding schools with a singular aspect: the manual work.

Key words: history, boarding school, discipline.

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE está situada no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, Estado de Sergipe. Atualmente é vinculada ao Ministério da Educação, através da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A origem dessa instituição ocorreu no ano de 1924 quando surgiu o Patronato Agrícola São Maurício fundado pelo então Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (Cf. NERY, 2006). No ano de 1934, com a federalização do Patronato, foi implantado em seu lugar o Aprendizado Agrícola de Sergipe. No período que compreende o recorte temporal desta pesquisa (1934-1967), a Escola esteve vinculada ao Ministério da Agricultura. Nesse espaço de tempo funcionou e desenvolveu diversos modelos de ensino agrícola como: Aprendizado Agrícola (1934-1947), Escola de Iniciação Agrícola (1946-1952), Escola Agrícola (1952-1957), Escola Agrotécnica (1957-1964) e Colégio Agrícola (1964-1967).

As disciplinas ou o “poder disciplinar” colocados em ação no *microcosmo* do internato da Escola deram lugar a uma “microfísica do poder” que subsistiu pela utilização das técnicas de controle do espaço, do tempo e da atividade. Disciplinas aqui são entendidas como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2003, p.118).

As disciplinas visam, através de uma multiplicidade de processos e técnicas, a aumentar as habilidades e sujeição do indivíduo. Ela cria uma “anatomia política” do corpo que aumenta “as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2003, p.119); executa para isso o controle dos corpos dos indivíduos no espaço e no tempo (corpos localizados), impõe atividades planejadas e fabrica “multiplicidades organizadas” pela combinação ou composição das forças. Assim, pertenciam ao universo disciplinar do *microcosmo* do internato todas as práticas de fiscalização e controle dos internos. O estudo histórico desse universo disciplinar deve levar em consideração as trocas culturais entre os valores da instituição e os reflexos dos valores que circulavam na época no *macrocosmo* social, pois

as normas disciplinares se apóiam em valores aceitos pela comunidade escolar (ou por parte dela) e são, em resumo, expressão de relações sociais mais amplas. Assim, por não se tratar de um dispositivo exclusivo da pedagogia tradicional em curso nos colégios, a disciplina escolar deve ser compreendida como uma extensão de princípios e valores presentes na vida social (ANDRADE, 2000, p. 112).

O exercício do “poder disciplinar” no internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC-SE) pode ser classificado em dois modelos ou fases: a primeira, de 1934 até os primeiros anos da década de 1950, dominou a coerção em que o controle dos internos foi caracterizado pelo seu rigorismo, assemelhado a uma disciplina militar, fase em que foram utilizados mecanismos repressivos para a sujeição incondicional dos internos, a exemplo dos castigos físicos; da segunda metade da década de 1950 em diante iniciou-se um período de amenização do “fechamento” em que a “cultura de quartel” foi cedendo lugar a novas formas de controle. Esta nova fase pode ser classificada como “auto-regulação” ou interiorização pelos internos dos padrões de comportamento ditados pela Instituição (Cf. ANDRADE, 2000, p.112).

A “cultura de quartel” foi uma marca presente também em outros Aprendizados Agrícolas. Essa afirmação é reiterada pela descrição que segue baseada nas memórias do corneteiro Antonio Barreto dos Santos, 75 anos, um ex-interno do Aprendizado Agrícola de São Bento das Lages (Bahia):

Às 5h, o corneteiro pula da cama e com os olhos meio embaçados, anuncia a alvorada. Resmungando e bocejando, um grupo de adolescentes vai para o chuveiro. Aos pulos, tomam um banho gelado para espantar a preguiça. Seis horas em ponto o café está na mesa. Quem se atrasar, assiste à aula com a barriga roncando. Às sete e nem um minuto a mais, todos correm para a sala ou o campo. Segurando a “canela” (enxada), se dedicam à aula prática

do mestre hortaleiro. Antonio fica com um olho na lição e outro no relógio. Ponteiro marcando oito horas, levanta, pega a corneta e todo empertigado se posiciona diante da escadaria de mármore da escola. Lá vem subindo o diretor. Reunindo toda a força da bochecha e do pulmão, toca para saudá-lo. Após o almoço, começa tudo de novo. Quem está na sala vai para o campo e vice-versa. No recreio, a corneta chama para a merenda de pão com mingau. Os rapazes assistem à aula até às 18h, quando o toque marcial anuncia uma pausa de 30 minutos. Depois, Antonio sinaliza o início da “banca”, até às 20h30, quando o rapazinho, sabe-se lá tirando forças de onde, avisa que está na hora de fechar o portão. Quinze minutos depois, chamada e formação em coluna por um. Às 21h, o melancólico toque de silêncio embala o sono do vilarejo. ‘Tínhamos a mesma formação dos soldados no quartel. Já saíamos da escola com a carteira de reservista. Muitos colegas foram convocados para servir na Itália durante a guerra’, diz, saudoso, lembrando de um amigo que antes de ir para o front fez uma canção de despedida para os colegas (SANTANA, 2004, p.1).

Essa narração tem grandes semelhanças com o cotidiano do microcosmo do internato da Instituição investigada, sobretudo, a sinalização do tempo através do som da corneta, os horários rígidos, as atividades programadas, a rotina de estudo e trabalho, etc. Fato importante refere-se à ocorrência de que muitos funcionários (professores primários, mestres de oficinas e o inspetor de alunos) que vieram fundar o Aprendizado Agrícola de Sergipe, em 1934, foram transferidos do Aprendizado Agrícola de Barreiras, extinto em 1934, que também adotava a disciplina militar (Cf. SANTANA, 2004). Na nova instituição, esses funcionários reproduziram práticas da cultura dos estabelecimentos de origem.

O estilo militar imposto aos internos também foi comum nos tradicionais colégios-internatos salesianos

da primeira metade do século XX (Cf. SANTOS, 2000). Colégios-internatos particulares não-confessionais também utilizaram a cultura militar na disciplina dos seus alunos. Neste último caso, pode ser citado o Colégio Tobias Barreto, dirigido pelo professor José de Alencar Cardoso, famoso pela sua “organização militarizada” (MANGUEIRA, 2003).

No internato da Escola, a adoção dos esquemas de quartel teve sua funcionalidade; serviu como uma verdadeira “disciplina de conjunto” (Cf. HORTA, 1994), pois ajudava a manter sob controle um grande número de internos contando com apenas um ou dois fiscais por escala. A militarização fez-se presente nas práticas de exercícios militares, no estilo do fardamento (fardamento cáqui, reúnas e casquete), nos horários, no tipo de dormitório, na organização dos desfiles cívicos, nos toques de corneta, entre outros.

Da segunda metade da década de 1950 em diante, deixou de existir, na cultura do internato, a militarização da disciplina. O “fechamento” do internato vai sendo amenizado, e as permissões de saídas nos finais de semana começam a ser freqüentes. Além disso, os castigos físicos deixaram de existir, e as proibições e privações passaram a ser as medidas disciplinares freqüentes.

1 – O controle do espaço

Os colégios-internatos herdaram dos antigos conventos o princípio da *clausura*, colocando os sujeitos internos em um lugar específico, “heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 2003, p.122). O “fechamento” em um espaço específico e controlado tornou-se uma marca do internamento escolar.

O internato é um mundo em miniatura, um *microcosmo* social, e o seu “fechamento” ou “seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (GOFFMAN, 1974, p. 16). É recorrente, nos “romances de internato”, a representação do colégio-internato como uma prisão: “O colégio, para mim, tornava-se mais ainda uma prisão, uma cadeia...” (REGO, 1995, p. 70). Esse sentimento de “prisoneiro” na Ins-

tituição é representado por ex-internos através das expressões: “eles nos libertavam” (SANTOS, 2005b); “parecia uma prisão” (SANTOS, 2006b); “não podia sair” (LIMA, 2005); “às vezes fugiam. Porque todo mundo não tem um gênio pra viver ali preso, né?” (SANTOS, 2005a). As fugas foram práticas recorrentes para lidar com as proibições de saídas: “Teve um bocado que fugiu. Fugia e não voltava mais. Ia pra pista; o carro passava próximo. Era só pegar o carro e ir embora. Tinham alguns que se arrependiam e voltavam. Aí o diretor aceitava” (SANTOS, 2005b).

A organização espacial do edifício-internato facilitava a execução da vigilância e do controle, pois tudo era disposto em um só prédio (dormitório, refeitório, instalações sanitárias, salões de aula, etc.), permitindo verificar a presença e a ausência. Além disso, todos os aspectos da vida (dormir, comer, trabalhar etc) eram realizados no mesmo lugar e com a companhia de um grande número de pessoas, uma característica básica de uma “instituição total” (Cf. GOFFMAN, 1974).

Após o “toque de silêncio”, o inspetor fechava o edifício-internato e entregava o plantão ao guarda:

O inspetor só ficava até nove horas, depois saía e deixava tudo fechado com os guardas vigiando. O fundo do prédio tinha um muro grande com um portão. Naquele tempo, não precisava grade, naquele tempo era ordem e o negócio era sério, era uma coisa bruta, mas a gente se sentia bem trabalhando, era rígido (Cf. GREGORIO, 2005).

A entrada no dormitório somente era permitida no horário previsto para o recolhimento; e as saídas, apenas com a permissão do guarda ou após o toque de alvorada. Durante o repouso noturno, o guarda pernoitava vigiando o dormitório: “A obrigação dele era entre o dormitório e o pátio. Ficava pra cima e pra baixo, andando pra não haver anarquia” (Cf. GREGORIO, 2005). A pronta identificação dos internos no dormitório coletivo era feita pelos lugares marcados (menores, médios e maiores) e a numeração das camas. Além disso, o dormitório ficava du-

rante todo o período noturno com as luzes acesas. Quando faltava energia, era iluminado com velas (Cf. BRASIL, 1942).

Nos dois alojamentos ou “dormitórios-apartamentos” que substituíram o dormitório do edifício-internato existia apartamento específico para o guarda de alunos. O apartamento do guarda era provido de cama, mesinha, cadeira e o sanitário com chuveiro privativo. Ficava um guarda em cada alojamento dificultando as possíveis transgressões noturnas.

Os armários funcionavam como um “estojo de identidade” para os internos, uma pequena defesa contra as desfigurações da personalidade provocadas pela vida coletiva e fechada (Cf. GOFFMAN, 1974). No entanto, mesmo esse espaço privativo sofria o “olhar” vigilante dos fiscais, como as revistas em que os fiscais procuravam sanear o internato de objetos proibidos ou encontrar possíveis objetos subtraídos: “Tinha revista de armários, o estudante podia chegar de casa com uma faca, e isso era proibido. Só teve uma vez que eu encontrei um revólver, naqueles dormitórios novos” (Cf. GREGORIO, 2005).

Durante as refeições, as entradas no refeitório eram controladas pelo uso de filas. Soado o “toque de rancho”, o sino ou a sirene, imediatamente os internos organizavam-se em filas no pátio. Nos anos de maior liberação, existia uma prática de “cortar” a fila (passar na frente dos colegas), mas quando o guarda percebia o “furão”, este era obrigado a ir para o final da fila. Durante as refeições, imperava o silêncio; e nas mesas, a autoridade era dos dois “chefes de mesa” – internos escolhidos para sentar às cabeceiras e distribuir os alimentos entre os colegas à mesa:

As mesas eram de madeira, eram pequenas, cabiam 10 pessoas, quatro de um lado, quatro de outro e os dois das cabeceiras eram os chefes da mesa, era quem servia a alimentação. Porque vinha numa salva, numa bandeja, aí os chefes da mesa serviam. Quem serviam eram eles, os alunos mais adiantados. A gente só pegava na comida quando eles serviam. Os alunos mais atrasados não serviam os alimentos. A comida vinha em tigelas. Naquele tem-

po não tinha aquelas bandejas, não tinha. Quando a gente entrava, as mesas já tava uma salva de porcelana, era porcelana, tinha uma de arroz, uma de macarrão e uma de carne e uma travessa de alumínio de feijão. Sentava, ficava esperando o chefe chegar para servir. A gente não se adiantava, já era uma ordem que tinha. Aí eles saíam dividindo pra todos os dez. Aí nós começávamos a comer (SANTOS, 2005b).

O controle das refeições pelos “chefes de mesa” funcionou até, mais ou menos, 1964, data da implantação do sistema de bandejas em que os internos eram servidos pelo pessoal da cozinha e pelos colegas escalados no serviço do refeitório.

No entanto, apesar de todos esses espaços controlados, existia um fator que dificultava a localização imediata dos internos. O lugar do internato, como já mencionado, era um grande espaço rurícola cheio de atrações naturais. Os internos, em sua maioria, procedentes da zona rural, viviam “soltos” brincando nos seus lugares de origem. Quando chegavam ao internato, encontravam um espaço semelhante a esse e tentavam reproduzir as brincadeiras do “mundo rural” e acabavam por provocar os “desaparecimentos descontrolados”. Abandonavam o trabalho para nadar no rio, procurar frutas, brincar, “roubar” frutas do pomar ou verduras da horta. A idade com a qual a maioria dos internos chegava ao internato contribuía para a prática de muitas dessas “peraltices”. Muitos chegavam com menos de onze anos de idade. A partir de 1961, ano da formatura da primeira turma do Curso Técnico Ginásial, saíam com idade superior a dezoito anos. A maturidade levava os jovens internos a procurarem outros divertimentos nas vizinhanças, os namoros com as moças dos povoados e as bebidas nos “botecos”.

Assim, além do controle dos internos nos espaços arquitetônicos, fazia-se necessária uma técnica que permitisse, nesse grande espaço de “fazenda”, a “localização imediata ou uma técnica de “*quadriculamento*” do espaço para controlar os meninos e os jovens:

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigos; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2003, p. 123).

Primeiro foi utilizada a pura e a simples proibição de saídas individuais e a configuração de espaços proibidos e permitidos. Nas décadas de 1930 e 1940, os passeios individuais eram proibidos, mas no domingo o inspetor levava os meninos para um passeio e um suavizante banho de rio. Essas pequenas liberalidades controladas foram a estratégia mais comum. A partir dos anos 1960, as liberalidades eram mais freqüentes, especialmente, para os mais velhos, desde que estes não atrapalhassem a rotina de estudo e trabalho e não se envolvessem com práticas condenadas, como ingerir bebidas alcoólicas.

2 - A sinalização do tempo

Faz parte da cultura dos internatos a utilização de dispositivos de controle do tempo, os quais sinalizavam aos internos os horários regulados e impositivos. Nos internatos salesianos, os internos eram despertados com sinais do tipo: convite a uma prece, palmas, toque de sino, um grito de “*Benedicamos Domino* (Bendigamos ao Senhor) e os alunos respondiam: *Deo gratia* (Graças a Deus)” (Cf. SANTOS, 2000, p. 285). Nos colégios da França e da Europa (fim do Séc. XVIII – fim do Séc. XIX), os horários englobavam todo o dia do aluno interno:

levanta-se às cinco no verão e às cinco e meia no inverno [...] e deita-se por volta das nove e meia da noite no máximo. Horários de camponeses, ou de operários, numa época em que a vida econômica e social ainda se calca amplamente na hora solar. Horários de prisioneiros, também comparável aos de uma prisão [...] o interno encarcerado assemelha-se ao detento (CARON, 1996, p. 157).

O horário utilizado como controle da atividade é uma “antiga herança das comunidades monásticas”, difundido também nos colégios-internatos e ligado a “três grandes processos – estabelecer as *cesuras*, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição” (FOUCAULT, 2003, p. 127). No internato da Instituição, diariamente, o corneteiro de plantão, um guarda de alunos ou um interno escolhido e instruído para a função, soava na corneta o sinal de “toque de alvorada”, “toque do rancho”, “toque de revista” e o “toque de silêncio”:

Tinha hora de entrar no dormitório e a hora do silêncio. Entrava oito e meia e nove horas tocava o silêncio. Tinha corneta. Era como se fosse um quartel. Eu fui um dos corneteiros, eu toquei corneta até 1947. Tinha os toques de corneta. Tinha o silêncio que era nove horas, cinco horas era alvorada, todo mundo levantava e arrumava sua cama como se estivesse dentro de um quartel (GREGORIO, 2005).

O uso da corneta, para sinalizar os horários, era uma imitação da caserna e foi justamente pela mão de militares do Exército (Cf. SANTOS, 2005a) ou da Polícia que os guardas ou alunos corneteiros foram instruídos na execução dos diversos toques:

Sr. Cel. Comandante Geral da Força Pública. Comunico-vos para os devidos fins que o soldado tambor-corneteiro dessa corporação – Helvécio Barbosa dos San-

tos, que gentilmente e a meu pedido o haveis posto à disposição deste Aprendizado até fim do mês corrente, a fim de organizar a banda de tambores e corneteiros do estabelecimento, desde hontem as quatro horas deixou este educandário (SERGIPE, 1943).

Os sons das cornetas eram reforçados pelo apito do sargento Sobrinho, professor de Educação Física, e pelas badaladas do sino localizado na porta da cozinha:

Eu não disse a você que tinha o corneteiro? Então, quando era onze e meia, o corneteiro ia lá pra frente, tocava. Naquela época não tinha sirene, tinha um sino. Tocava um sino na porta da cozinha. Atrás, o sino e na frente do prédio central, o aluno tocando a corneta [...] Ele chegava no pátio apitava. José de Souza Sobrinho, falecido. Aí, quando apitava no pátio, o guarda de alunos chamava os alunos, todo mundo. O corneteiro tocava, acordava todo mundo, formava pra ir para a Educação Física. Era a turma toda que fazia, de uma vez só. Não tinha esse negócio de separar. Hoje que é por turma, né? (LIMA, 2005).

Praticamente, todas as ações eram executadas sob o comando dos toques de corneta. Os toques eram indicativos de determinadas atividades: “Na hora do rancho, a corneta tocava. Tocava pra ir trabalhar, tocava pra *arriar*, tocava a hora do rancho, tocava pra debandar rancho. Sempre o corneteiro tava presente pra tudo isso. Tocava pra alvorada cinco horas da manhã” (LIMA, 2005). A sinalização das atividades diárias, através dos toques de corneta, também foi notada e registra pelos visitantes, a exemplo do trecho da nota que segue abaixo, a qual fora deixada no “Livro das Impressões dos Visitantes”:

Chegando aqui sem ser esperado, vi a criança alegre, limpa e bem cuidada. As-

sisti a uma refeição da tarde, precedida de toque de cornetas que juntou a meninada em uma fila a dois como se fossem já os soldados disciplinados do nosso Exército (BRASIL, 1935).

O quadro que segue indica os diversos toques de corneta que existiam no microcosmo do internato da Instituição, de 1934 até os primeiros anos da década de 1950:

QUADRO I: RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS TOQUES DE CORNETA E OS RESPECTIVOS HORÁRIOS E ATIVIDADES SINALIZADAS

OS TOQUES DE CORNETA

| Tipos de Toques | Horário | Atividade sinalizada |
|--------------------|----------|---|
| Toque de Alvorada | 5h | Despertar |
| Toques de Rancho | 6h30 | Café |
| | 11h30 | Almoço |
| | 17h30 | Jantar |
| Toque de Revista | 20h30 | Fiscalização para entrar no dormitório |
| Toque de Silêncio | 21h | Recolhimento ao dormitório (regra do silêncio) |
| Toque de Formatura | diversos | Disposição em coluna para Educação Física, instrução de ordem unida, desfile, entre outras. |

Fonte: BRASIL. 1942. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Registro de Ocorrências.

Os diversos tipos de toques de corneta, ao tempo em que indicavam o início de uma atividade, também marcavam o corte ou rompimento de outras. O toque de recolher era o aviso para a entrada no dormitório e o rompimento do tempo livre de conversas ou dos estudos da “banca”. Com o toque de silêncio, rompiam-se as conversas e iniciava-se o silêncio regulamentar no espaço do dormitório. Com o toque de alvorada, os inter-

nos levantavam-se e iniciavam a arrumação das camas, partiam para as atividades de asseio matinal nos banheiros, dirigiam-se para a primeira refeição e preparavam-se para mais um dia de trabalho e estudo.

As atividades desenvolvidas pelos internos seguiam por todo o dia até o guarda de plantão novamente fazer soar na corneta o “toque de revista”, anunciando o momento do “olhar esmiuçante das inspeções” (FOUCAULT, 2003, p. 121). Era a fiscalização do recolhimento dos internos ao dormitório com a conferência da presença de cada um deles. Os internos formados em filas no grande pátio interno do edifício internato, defronte ao dormitório, eram inspecionados pelo guarda e pelos alunos-ajudantes e todos supervisionados pelo inspetor. A revista consistia no toque por cima da roupa, examinando volumes nos bolsos ou em outras partes, impedindo que os internos levassem para o dormitório qualquer tipo de objeto: “A revista, o inspetor designava um aluno pra fazer a revista. Você tava em pé, ele passava a mão assim (*explica o movimento com as mãos*) e revistava, como se fosse um exército” (Cf.SANTOS, 2005a).

O toque emitia um sinal que obrigava o exercício de ocupações rotineiras e impositivas e regulava os ciclos de repetição delas na cultura do internato: acordar, fazer o asseio, comer, trabalhar ou estudar, comer, trabalhar ou estudar, comer, tempo livre ou “banca”, recolhimento ao dormitório, dormir. Apesar de alguns desvios, os internos internalizavam os sinais e atendiam sem hesitação, pois o “tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2003, p. 129). Todavia, os meninos sofriam para se adequarem aos rigores do horário, especialmente o “toque de alvorada”:

Eu sempre fui um menino que andava com minha mãe em casa, minha mãe era viúva. Por intermédio do meu irmão Eupídio, eu fui estudar na Escola, mas eu gostei da Escola. Só estranhei por que tinha que acordar cedo, cinco horas da manhã tinha que acordar. Cinco da manhã, chegava o sargento Sobrinho, ele era o professor de Educação Física. Ele chegava no pátio, apitava. O corneteiro tocava, acordava todo mundo (LIMA, 2005).

A cada instante havia uma atividade correlata e ordenada. Os ritmos dos dispositivos de controle do tempo indicavam uma regulação temporal que servia para acelerar a prática da atividade ao mesmo tempo em que educava para a rapidez do exercício delas através de uma resposta automática, tendo em vista que

Toda atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma (FOUCAULT, 2003, p. 140).

A interiorização dos horários do internato fazia os internos perderem a noção do tempo lá fora. Criava-se um “mundo separado” (Cf. SANTOS, 2006b) com suas próprias regras de controle. O cumprimento dos horários regulamentares era também apresentado pela “equipe dirigente” como uma virtude que deveria ser praticada pelos internos no mundo lá fora.

A corneta e o sino aos poucos foram cedendo lugar para a sirene e o sistema de alto-falantes. Os corneiros entraram em extinção no início da década de 1950: “Aquilo ali acabou com Dr. Wanderley, enquanto Dr. João Fernandes foi diretor existiu. Os alto-falantes começaram com Dr. Wanderley. Aquele sino acabou logo” (LIMA, 2005). O sistema de alto-falante servia para avisar sobre o início de alguma atividade ou, simplesmente, chamar um funcionário ou aluno:

Ficava lá em cima perto do gabinete do diretor. Ficava o alto-falante lá em cima e quem chamava era o pessoal do serviço

escolar. Tinha lá em baixo o aparelho, o microfone. Eu cansei de chamar também, no final de semana. A chave ficava comigo. Que toda vida eles confiaram em mim. Aí dizia: “Aluno de número tal comparecer à diretoria para falar com o seu diretor” (SANTOS, 2005b).

No decorrer da década de 1960, surgiram novos horários. Os internos acordavam às 5h30min ou 6h e eram obrigados a exercer o auto-controle, sob pena de perderem atividades essenciais, como as refeições. O quadro que segue apresenta os principais horários e atividades correlatas a que os internos tinham de obedecer a partir dos anos 1960:

QUADRO II: PRINCIPAIS HORÁRIOS E AS ATIVIDADES CORRELATAS DO INTERNATO A PARTIR DOS ANOS 1960

| N | Atividades | Horários |
|----|--|---------------|
| 1 | Café | 6h15 – 6h45 |
| 2 | Fechar os alojamentos | 7h |
| 3 | Aulas ou atividades de campo no turno da manhã | 7h10 – 11h30 |
| 4 | Abrir os alojamentos | 11h |
| 5 | Almoço | 11h15 – 12h15 |
| 6 | Fechar os alojamentos | 13h |
| 7 | Aulas ou atividades de campo no turno da tarde | 13h – 17h |
| 8 | Abrir os alojamentos | 16h |
| 9 | Jantar | 17h45 – 18h15 |
| 10 | “banca” (reforço) | 19h – 21h30 |
| 11 | Silêncio | 22h – 5h30 |

Fonte: Entrevistas com ex-internos e ex-funcionários.

Os guardas fechavam e abriam os alojamentos (dormitórios-apartamentos) em horários específicos impedindo a saída de alunos após o silêncio ou a permanência no dormitório durante as atividades (estudo e trabalho). Para indicar aos internos o horário de despertar, os guardas costumavam entrar no dormitório e bater com chaves ou uma tabuinha nas cabeceiras das camas de ferro fazendo barulho para despertar os atrasados: “existia o toque para levantar.

Ou então o guardinha passava lá batendo com uma tábua na cabeceira da cama dizendo: “acorda 3, acorda 15...” Levantávamos, vínhamos para o banheiro e para o café. Às vezes, acordávamos antes de o guarda chegar por que tínhamos prova” (SANTOS, 2006b).

Nos períodos de maior controle, os internos entravam no dormitório apenas no período noturno e para dormir. O dormitório não era aberto abria durante o dia, salvo para as faxinas diárias. Com os novos “dormitórios-apartamentos”, os internos tinham mais liberdade no uso desse espaço. Os alojamentos permaneciam fechados durante o turno da manhã, no horário das 7h às 11h e, no turno da tarde, de 13h às 16h. Fora desses intervalos, os internos tinham a permissão para permanecerem nos dormitórios em atividades livres, salvo no período do silêncio (10h – 5h), que era exclusivamente para dormir.

A maior liberalidade no uso dos dormitórios pode ser explicada por diversos fatores: primeiro, nos pavilhões de alojamentos (“dormitórios-apartamentos”), os armários, vestiário e instalações sanitárias ficavam dispostos na área interna dos dormitórios, o que determinava entradas constantes e necessárias durante o dia; outro fator foram as pressões exercidas pelos internos do Curso Técnico Colegial por mais tempo de descanso e também os novos conceitos de internato, vistos como uma imitação de uma “residência” e não de um quartel (Cf. BARROS, 2006). Com o passar do tempo, esses fatores conjugados foram determinando novas formas de controle do dormitório. O abrandamento do controle pode ter determinado, não o aparecimento, mas o fortalecimento das regras próprias que já vinham sendo desenvolvidas pela “cultura dos internos”.

3 - Controlando as atividades diárias

A decomposição do tempo era realizada em diversas atividades coletivas, programadas e controladas, procurando criar um “tempo útil” (Cf. FOUCAULT, 2003). O inspetor e os guardas constantemente agiam anulando as atividades fora da programação e que poderiam distrair ou perturbar a rotina do internato.

Para mais um dia normal de atividades, os internos acordavam ou eram acordados, arrumavam suas

respectivas camas e, ordenados em filas, realizavam o asseio corporal, que consistia em escovar os dentes, tomar banho, vestir a farda e calçar os pés. Asseados e fardados, seguiam para o refeitório onde tomavam a primeira refeição do dia. Após o café, começavam os trabalhos de campo ou os estudos, a depender da escala. Depois disso, havia uma pausa para o almoço e seguiam a programação do período da tarde. Ao entardecer, realizavam novo asseio corporal, jantavam, iniciavam a “banca” e finalmente recolhiam-se ao dormitório. No dia seguinte, a rotina das escalas de trabalho:

Tinha que entrar na ordem de serviço. Ordem de serviço é o inspetor designar a escala. Gritava: ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria, dormitório. Aí é onde entra o serviço da limpeza geral. [...] E tinha o campo. O campo era aula no campo. Pegava a caneta, uma enxada, pá, pá. Vai um grupo de 10 ou mais, pegava o guarda, ia pro campo capinar qualquer coisa por lá, aprender fazer qualquer coisa. Isso o normal (SANTOS, 2005a).

As escalas de manutenção do internato ou as faxinas diárias consistiam na limpeza dos espaços específicos do internato: dormitório, refeitório e instalações sanitárias. Na fase de Aprendizado Agrícola, os internos cumpriam uma escala diária de faxina que incluía todos os espaços do edifício-internato e da enfermaria: “Sr. Diretor, foram feitas as faxinas do costume em geral, secretaria, dormitório, enfermaria, sentinas, pátio e em volta do prédio” (BRASIL, 1942, p.1).

Durante as décadas de 1930 e 1940, os internos formavam-se uma vez por dia para a “instrução de ordem unida”, momento em que recebiam instruções sobre as atividades do dia e outras informações. O corneteiro soava o “toque de formatura” específico e os internos, no pátio ou na frente do edifício-internato, formavam-se em colunas por quatro, para receberem instruções da ajudância. Era o momento adequado para passar em revista o internato, verificando condições do fardamento, higiene e desenvolver a obediência do grupo ao comando dos fiscais.

Trabalho de campo e estudo eram a rotina do internato em todo o período pesquisado. No turno da manhã, um grupo ficava nas aulas, o outro ia para o campo; no período da tarde, ocorria o inverso. Da década de 1930 ao início da década de 1950, os internos também trabalhavam nas antigas oficinas de madeira, ferro e couro. Os internos eram orientados pelos mestres de oficina, práticos na arte da marcenaria, ferraria e selaria. Aprendiam habilidades para o auxílio das atividades agropecuárias, como consertos de telhados e de ferramentas agrícolas, confecção de artefatos de madeira, selas, arreios, consertos ou confecção de calçados, entre outros:

A oficina era completa no meu tempo. Tinha a parte de carpintaria, a parte de torneiro, a parte de ferreiro, a parte de soldador. Era dividida em galpões. Tinha todos esses setores. Tinha a selaria. Tinha o senhor Manoel do Carmo que era o carpinteiro, conhecido como “Manuel Carpinteiro”. Tinha o seleiro que cuidava de todo material de sela, arreios dos animais, era conhecido como “Zé Seleiro”. Tinha o ferreiro, naquele tempo botava no fogo de brasa e batia. Era conhecido como “Antonio Bate Prego”. Esse ferreiro foi quem plantou aquelas quatro palmeiras da frente da escola. Tinha o torneiro. O torneiro hoje em dia é vivo, é seu João Andrade conhecido como “João Bala”, ele é cunhado de seu João Pelotão (SANTOS, 2005b).

Na época de Aprendizado Agrícola, alguns internos encontravam, nas tarefas das oficinas, uma forma de escapar dos trabalhos de campo: “Eu não sei pegar numa enxada. Eu não gostava daquilo, ia por-

que era obrigação. Eu pedia a seu Pereira para me botar na carpintaria. Na carpintaria consertava telhado, carteira” (SANTOS, 2005a). Com o fim do modelo de Aprendizado Agrícola, em 1946, as escalas de trabalho nas oficinas foram deixando de existir, mas as mesmas continuaram funcionando com os antigos funcionários para serviços de manutenção do estabelecimento. Na seqüência, o quadro mostra os mestres das oficinas que atuaram na Instituição:

Continuaram, durante todo o período investigado, os trabalhos dos internos na manutenção do internato (faxinas) e os trabalhos braçais nas atividades agropecuárias e na oficina de mecanização agrícola. Nos trabalhos de campo, os internos eram controlados pelo guarda, capataz ou pelo chefe de turma: “Houve serviço de campo com os alunos acompanhados pelo guarda José Barbosa da Silva e João Batista Tavares. Os demais serviços foram realizados de acordo com a escala em vigor” (BRASIL, 1942, p. 1). Os internos eram divididos nas atividades de campo em três núcleos: Núcleo de Agricultura (N.A.), Núcleo de Zootecnia (N.Z.) e Núcleo de Indústrias Rurais (Cf. BRASIL, 1946), sendo que os núcleos tradicionais de ocupação dos internos sempre foram os dois primeiros. O último funcionou de forma precária até o final da década de 1950 (Cf. BRASIL, 1955). Somente nas décadas seguintes, o Núcleo de Indústrias Rurais receberia investimentos para um funcionamento efetivo (Cf. NASCIMENTO, 2000).

QUADRO III: Os Mestres das Oficinas do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant

| Nome | Nascimento | Cargo | Período de atuação |
|----------------------------|------------|---|--------------------|
| Vicente José do Nascimento | 5/4/1901 | Mestre de Oficina de Marcenaria (madeira) | 1939-1943 |
| José Pereira dos Santos | 10/1/1904 | Mestre de Oficina de Seleiro (couro) | 1935-1957 |
| Oscar de Miranda Pompeu | 11/12/1901 | Mestre da Oficina de Ferreiro (ferro) | 1934-1946 |

Fonte: BRASIL – 1934a. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Registro do Pessoal Permanente*, 1934.

Essa organização deveria reproduzir uma “fazenda” moderna e produtiva, possibilitando uma vivência eminentemente prática das atividades agrícolas, um modelo para os futuros trabalhadores do campo. Era uma “pedagogia” que se justificava na pretendida conjugação harmoniosa e recíproca entre o ensino prático e o ensino teórico, esclarecida no lema “aprender vendo e fazendo” (Cf. TORRES, 1952); e estava devidamente agasalhada nos princípios gerais do ensino agrícola normatizados na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946).

De acordo com a mencionada legislação, que vigorou no período de 1946 a 1961, o ensino agrícola deveria observar como princípios gerais: evitar “a especialização prematura ou excessiva, de modo que fique salvaguardada a adaptabilidade profissional futura dos operários, mestres e técnicos”; “estudos de cultura geral e práticas educativas que concorrem para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador agrícola”; o ensinamento das técnicas e dos ofícios “com os processos de sua exata execução prática e também com os conhecimentos teóricos que lhes sejam relativos”; tornar conhecidos os processos racionais de trabalho e concorrer para eliminar da agricultura as soluções empíricas inadequadas (BRASIL, 1946).

De fato, os internos tiveram a oportunidade de vicejar uma combinação da teoria com a técnica. No entanto, a despeito dos enunciados legais e das oportunidades efetivamente oferecidas pela Instituição, eles desenvolveram, na maior parte do tempo, atividades rotineiras e braçais da prática cotidiana de qualquer trabalhador do campo: capinar, roçar, plantar, semear, colher, espantar pássaros do plantio, colocar ração, limpar as instalações, etc. A principal ferramenta era a enxada, apelidada de “caneta” (SANTOS, 2005a).

Assim, é necessário proceder a uma divisão entre trabalho técnico (enxertia, cuidados fitossanitários, vacinar, castrar, aplicar medicamentos, auxiliar na execução de partos ou pequenas cirurgias, entre outros) e atividades de simples manutenção que não requeriam nenhum conhecimento especial, como as citadas no parágrafo anterior. Entre as duas, as primeiras dominaram a rotina do internato.

O trabalho exigido dos internos muitas vezes estava ligado a um “sistema de pagamentos secundários” (Cf. GOFFMAN, 1972), como as notas de campo:

Tinha um funcionário encarregado pra fazer a escala. Depois que seu Pereira se aposentou, quem ficou responsável pela escala fui eu. Fazia a escala de cozinha, copa, sanitário, limpeza de pátio, rouparia, almoxarifado, secretária escolar, oficina, horta grande, horta de economia, limpeza de pátio, estábulo, pocilga. Naquela época botava pocilga, não chamava suinocultura. Então essa escala quem fazia era eu. E revezava as escalas. Cada um tinha um encarregado que tomava conta dos alunos e dava uma nota. Tinha um boletim pra dar uma nota. Levava o boletim quando era no fim de semana. Aquela escala era de 8 em 8 dias. Ali tinha o boletim. Então, na sexta-feira, o responsável dava uma nota àqueles alunos que estava naquela escala, de acordo com o trabalho dele, com a eficiência dele e o comportamento dele (LIMA, 2005).

O incentivo dado ao trabalho não tinha “a significação estrutural que tem no mundo externo. Haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes atitudes com relação a ele” (GOFFMAN, 1974, p. 21) Assim, o trabalho poderia ser induzido pela nota ou pela ameaça de castigo. Os internos reagiam de maneiras diferentes: uns demonstravam garra e adaptação; outros “tapeavam”, “matavam o trabalho” e até fugiam do local das tarefas.

De outra forma, a execução dos trabalhos agropecuários pelos internos acabava custeando parte dos gastos com o internato, pois eles ajudavam a produzir alimentos que eram consumidos no refeitório, reduzindo-se os gastos com a contratação da força de trabalho de operários agrícolas. Essa forma de utilização e “justificação” dos trabalhos dos internos fazia parte do discurso da “equipe dirigente” (Cf. BRASIL, 1955).

Dois aspectos podem ser indicados como facilitadores da adaptação dos internos à rotina diária de trabalho: o primeiro é que a maioria dos internos era procedente de zonas rurais e estava acostumada ao trabalho, pois ajudava a família em atividades agrícolas; já o segundo aspecto refere-se ao fato de que muitos deles eram pobres e necessitavam agarrar a única possibilidade objetiva de estudo para uma futura ocupação (SANTOS, 2006b).

No entanto, a rotina de trabalho era uma prova de resistência que nem todos conseguiam finalizar e acabavam desistindo:

Tinha muitos coitados. Tinha daqueles que não tiravam nem seis meses. Não se acostumavam com o regime, com a alimentação, com o trabalho. Aí, dizia: “homem eu vou é embora”. Quando ia de férias não voltava mais. [...] O meu colega no meio do ano, não voltou mais. Eu fiquei. Foi, o meu colega não agüentou não. Ele disse que não dava certo trabalhar de enxada, que nunca tinha trabalhado (SANTOS, 2005b).

O sábado era um dia normal de estudo e trabalho, mas a partir da segunda metade da década de 1950 as atividades ocorriam apenas no turno da manhã; no turno da tarde os alunos ficavam de folga. Nesse mesmo período, começaram a ser liberados para passar o final de semana com a família, pois antes só retornavam para casa nas férias de julho e nas de final do ano (Cf. SANTOS, 2005a).

O domingo era a folga do internato: “passávamos o domingo lá, tinha o almoço, tinha tudo; era dia de folga, não trabalhava não” (Cf. SANTOS, 2005b). Contudo, continuavam com o dever de realizar as faxinas gerais que ocorriam, como de costume, nos horários regulamentares. A principal atividade no domingo eram as famosas partidas de futebol entre os times formados por alunos e funcionários, o banho de rio, entre outras atividades suavizantes (BRASIL, 1942, p. 29).

As aulas normais dos Cursos Profissional e Primário (1934-1950), Profissional e Ginásial (1950-1967)

e Profissional Colegial (1958-1967) ocorriam durante o turno da manhã ou da tarde, conforme a programação da turma. Depois do jantar, iniciava-se a famosa “banca” (reforço), momento de repassar os conteúdos ministrados e fazer os exercícios. Primeiramente, a “banca” era uma atividade impositiva e fiscalizada pelo inspetor, depois foi ficando na dependência de cada interno, especialmente no caso dos mais velhos do Curso Técnico Colegial. A “banca” ocorria no espaço do refeitório e depois no pavilhão pedagógico. Alguns pediam permissão, e o guarda autorizava que permanecessem depois do toque de silêncio estudando no pátio, principalmente na época dos exames.

Considerações finais

Os espaços específicos do internato (dormitório, refeitório, instalações sanitárias, etc.) eram controlados pelas técnicas de distribuição dos internos em lugares fixos ou específicos, mas que ao mesmo tempo permitiam a circulação produtiva e controlada – uma dupla função do controle espacial: “sujeitos obedientes e úteis” (FOUCAULT, 2003, p. 126).

No internato da Instituição, todas as atividades diárias eram rigorosamente estabelecidas em horários impositivos, controlados e fiscalizados pelo inspetor e pelos guardas de alunos. No período de 1934 até os primeiros anos da década de 1950, o tempo e as atividades correlatas eram sinalizados aos internos pelos diversos toques de corneta. Dessa forma, os toques sinalizavam o início e o fim de uma atividade e obrigavam os internos a ocupações determinadas.

Os internos precisavam estar constantemente ocupados para evitar atos contrários às normas da Instituição. Utilizar exaustivamente o tempo, de maneira intencionada ou não, era medida eficaz para anular possíveis desvios de conduta. As escalas de trabalho marcaram a cultura da Instituição com os seus revezamentos, que determinavam a passagem dos internos em todos os núcleos e tipos de atividades. Era preciso esforço para cumprir as escalas de trabalho, das tarefas das disciplinas propedêuticas e do núcleo profissional. A rotina exaustiva de atividades seguia o padrão dos internatos escolares com um aspecto diferenciador: o trabalho braçal.

Referências

- ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CARON, Jean-Cloude. “Os Jovens na Escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX)”. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. **Historia dos Jovens: a Época Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 137-194.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HORTA, José Silveiro Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Colégio Tobias Barreto: Escola ou Quartel? (1909-1946)**. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS, 2003.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola**. Maceió, Edições Catavento, 2004.
- NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS, 2006.
- REGO, José Lins do. **Doidinho**. 35 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
- SANTOS, Manoel Isau Souza Ponciano. **Luz e Sombras: internatos no Brasil**. São Paulo: Salesianas, 2000.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TÔRRES Filho, Artur. “Desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, abr/jun, v. XVII, n. 46, Rio de Janeiro, 1952, p. 117-121.

Fontes pesquisadas

- BARROS, Cacilda de Oliveira. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor em 09 de outubro de 2006.
- BRASIL. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Registro do Pessoal Permanente*, 1934.
- BRASIL. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*, 1942.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola, 1946.
- BRASIL. Decreto nº 16.826, de 13 de outubro de 1944. Aprova o regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura, 1944.
- BRASIL. Escola Agrícola Benjamin Constant. *Relatório anual de atividades. Wanderley do Prado Barreto*, 1955.
- GREGORIO, José. 2005. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.
- LIMA, João Ferreira. 2005. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.
- SANTANA, Andréia. Celereiro do recôncavo: regime de quartel, antigos Aprendizados Agrícolas do

recôncavo lembram a vida de soldados. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 de jan. 2004. Disponível em: <<<http://www.correiodabahia.com.br>>> Acesso em: 19 set. 1998.

SANTOS, Manoel do Carmo. 2005a. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

SANTOS, Rinaldo José dos Santos. 2005b. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor em 18 de novembro de 2005.

SANTOS, Ademilson Vieira. 2006a. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor em 13 de setembro de 2006.

SANTOS, José Cláudio dos. 2006b. Aracaju. Entrevista gravada concedida ao autor em 20 de setembro de 2006.

SERGIPE. 1943. Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. São Cristóvão/Cartório (SCR/C. 2918). *Sumário de Culpa, Processo penal*, 1943-1947.

Sobre o autor:

Joaquim Tavares da Conceição é professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Educação pela UFS e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições e práticas escolares.

E-mail: joaquimtavares@infonet.com.br